

ANEXO

ASSOCIAÇÃO VIVER ALFENA



EXERCÍCIO DE 2018

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade: Associação Viver Alfena;

1.2. Sede: Rua de S. Vicente, n.º 1921, freguesia de Alfena, concelho de Valongo;

1.3. Natureza da Atividade: prosseguir fins de solidariedade social e de apoio à integração social e comunitário.

A Associação Viver Alfena começou a desenhar-se em 2006 através de um grupo de pessoas de alguma forma ligadas à área social (membros da Junta de Freguesia, professores, dirigentes desportivos, profissionais da área social, entre outros) e ao mesmo tempo atores privilegiados naquilo que toca o conhecimento acerca da comunidade alfenense.

Em outubro de 2007 viu aprovados os seus estatutos e foi reconhecida juridicamente como entidade pública sem fins lucrativos.

Em 2008 seguiu-se o requerimento para acreditação como IPSS, pelo Instituto da Segurança Social (a partir de agora designado por ISS) - (situação que se efetivou em setembro de 2011, com a publicação no Portal da Justiça).

A AVA é uma organização sem fins lucrativos que prossegue fins de solidariedade e de apoio à integração social e comunitária. O seu âmbito de ação abrange a freguesia de Alfena, concelho de Valongo. Os objetivos primordiais desta Associação visam contribuir para a melhoria das condições de vida da população, para que assumam um papel mais ativo na vida económica e social, construam o seu desenvolvimento pessoal e pratiquem uma cidadania ativa. Neste âmbito, a AVA tem vindo a promover medidas de âmbito social, direcionadas para as populações mais carenciadas, bem como respostas sociais inovadoras e sustentáveis, de significativa intervenção e

reconhecimento inequívoco, dada a importância da sua ação no que respeita à melhora da qualidade de vida e bem-estar dos Alfenenses.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto na NCRF – ESNL. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2. Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposições, prevista na NCRF-ESNL.

2.3. As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com quantias do período findo em 31 de dezembro de 2018.

2.4 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

3. Principais Políticas Contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com exceção para algumas situações específicas destas entidades, tais como bens do ativo atribuídas a título gratuito e inventários.

3.2 Outras políticas Contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar na localização e condição necessária para funcionamento da forma pretendida.

O terreno encontra-se registado pelo Valor patrimonial à data de 2010.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Prestação de Serviços

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data de conclusão do serviço ou no final do mês do serviço.

3.3. Principais Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escriturada dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o saldo de Caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se:

	2017	2018
Numerário	402,82	3.282,08
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	1.349,71	4.809,28
Caixa e seus equivalentes	1.752,53	8.091,88

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 a) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

O Terreno está mensurado pelo valor patrimonial de 2010.

b) Método de depreciação usado

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis estimadas

As vidas úteis estimadas dos principais ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Descrição	Anos
Terrenos	-----
Equipamento Básico	5 a 8
Equipamento Transporte	4 a 8
Equipamento Administrativo	3 a 10

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Q. Escriturada Bruta	Depreciações	Q. Escriturada Bruta	Depreciações
Terrenos	114130	0	114130	0
Eq. Básico	2060,46	2028,21	2060,46	2060,46
Eq. Transporte	2000	125	2000	250
Eq. Administrativo	2787,27	1932,92	2787,27	2064,68
Outros Ativos tangíveis	281,16	281,16	581,16	281,16

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

	Saldo em 1/01/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos e recursos naturais	114130,00		-	-	114.130,00	-	-	-	114.130,00
Edifícios e outras construções					-				-
Equipamento básico	2060,46		-	-	2060,46			-	2060,46
Equipamento de transporte	2000,00				2000,00				2000,00
Equipamento administrativo	2787,27		-	-	2787,27		-	-	2787,27
Equipamentos biológicos					-				-
Activos fixos tangíveis em curso					-				-
Outros activos fixos tangíveis	281,16	-	-	-	281,16	300,00	-	-	581,16
	121558,89		-	-	121558,89	300,00		-	121558,89

	Saldo em 1/01/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções					-				-
Equipamento básico	1995,96	32,25			2028,21	32,25			2060,46
Equipamento de transporte	0	125,00			125,00	125,00			250,00
Equipamento administrativo	1518,60	414,32			1932,92	131,76			2064,68
Equipamentos biológicos					-				-
Outros activos fixos tangíveis	281,16				281,16				281,16
	3795,72	571,57	-	-	4367,29	289,01	-	-	4656,30

6. Rédito

6.1 Divulgações

a) Políticas Contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data de conclusão do serviço ou no final do mês do serviço.

	Réditos	
	2017	2018
	Valor Nominal	Valor Nominal
Prestação de serviços	47.533,98	50.333,63

7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

7.1 a) A política adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotadas nas demonstrações financeiras

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios á exploração" na demonstração de Resultados.

b) Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado.

A AVA durante o ano de 2017 recebeu do IEFP, relativamente aos programas CEI, CEI+ e Estágios profissionais o montante de 1.549,80 €.

A AVA durante o ano de 2018 recebeu do IEFP, relativamente aos programas CEI, CEI+ e Estágios profissionais o montante de 1.067,56 €.

A AVA durante o ano de 2017 recebeu de apoio da Câmara Municipal de Valongo, (mais propriamente do Ministério da Educação), para apoio das AAAF, o montante de 26.835,98 €.

A AVA durante o ano de 2018 recebeu de apoio da Câmara Municipal de Valongo, (mais propriamente do Ministério da Educação), para apoio das AAAF, o montante de 23.355,60 €.

A AVA durante o ano de 2018 recebeu do IGT no âmbito da formação, o montante de 10.519,47 €.

A AVA durante o ano de 2018 recebeu da Segurança Social – Banco Alimentar, o montante de 5.066,40 €.

8. Instrumentos Financeiros

	2017			2018		
	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Ativos financeiros						
Caixa	402,82		402,82	3282,08		3282,08
Depósitos à ordem	1349,71		1349,71	4809,80		4809,80
Clientes			0			0
Investimentos Financeiros			0			0
Passivos Financeiros						0
Fornecedores	4062,98		4062,98	24993,18		24993,18
Financiamentos obtidos	11726,00		11726,00	9724,00		9724,00
Estado	848,69		848,69	837,66		837,66

Os ativos e os passivos são mensurados:

- Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade

9. Benefícios dos empregados

O número médio de empregados da AVA no ano de 2018 foi de 9.

O número médio de empregados da AVA no ano de 2017 foi de 9.

10. Resultado Líquido Exercício

*No ano de 2018 a Associação Viver Alfena apresentou um Resultado Líquido Negativo no valor de **14.981,30 €**.*

11. Outras informações

Informa-se que a empresa à data de encerramento das contas do período de 2017 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

Alfena, 12 de março de 2019

Contabilista Certificado

A Direção